

1964: a história presente^{*}

Mariana Joffily^{**}

Resumo. A história da ditadura militar não se encerra com a transição para a democracia, processo em muitos aspectos inacabado, que traz frequentemente à tona questões ainda não equacionadas. Esse dossiê aborda temas atinentes ao período autoritário, como o papel Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e da Escola Superior de Guerra, a ampliação da noção de inimigo interno e debates da esquerda armada. Discute também a memória de conciliação construída no processo de transição e os conteúdos excludentes e restritivos atribuídos por setores militares ao conceito de democracia.

Palavras-chave: Brasil; Ditadura Militar; Debate Historiográfico.

1964: The presence of history

Abstract. The history of the Brazilian military dictatorship (1964-1985) did not end with a return to democracy, actually a still unfinished job. Non-solved issues are frequently brought to the fore. Current dossier publishes themes proper to that authoritarian period, such as the role of the Research and Social Studies Institute and the Higher School of War, the widening of the notion of internal enemy and debates on the armed Left. The Round Table discusses the memory of conciliation within the transition process and the excluding and restrictive contents to the democracy concept attributed by several military segments.

Keywords: Brazil; Military Dictatorship; Historiographic debate.

1964: La historia presente

Resumen. La historia de la dictadura militar no termina con la transición democrática, proceso inconcluso en muchos aspectos, y frecuentemente trae a la luz cuestiones que aún no fueron debatidas. Esta mesa redonda aborda temas vinculados al período autoritario, como el papel del Instituto de

^{*} Artigo recebido em 21/04/2014. Aprovado em 30/04/2014.

^{**} Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Florianópolis/SC, Brasil.
E-mail: mariana.joffily@gmail.com

Investigaciones y Estudios Sociales y el de la Escuela Superior de Guerra; y trata sobre la ampliación de la noción del enemigo interno y los debates de la izquierda armada. También se discute sobre la memoria de conciliación construida durante el proceso de transición y sobre los contenidos excluyentes y restrictivos atribuidos por sectores militares al concepto de democracia.

Palabras Clave: Brasil; Dictadura Militar; Debate Historiográfico.

Cinco décadas após o golpe de 1964, a historiografia sobre seus diferentes aspectos e desdobramentos nos campos da política, da economia e da cultura deu saltos significativos. Parte desse avanço deve-se aos acervos disponibilizados desde meados dos anos 1980, começando pelo acervo do projeto *Brasil: nunca mais*, passando pelos arquivos das Delegacias de Ordem Política e Social, ao longo dos anos 1990, até a criação, em 2009, do Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, reunindo documentação e informações sobre arquivos das mais diversas origens sobre a ditadura militar, juntem-se a isso as possibilidades abertas após a nova Lei de Acesso de Informação, aprovada em 2011, que já está rendendo seus frutos e certamente ainda dará ensejo a muitas pesquisas e descobertas.

Com o tempo decorrido, também foi possível tomar alguma distância de temas mais dolorosos ou espinhosos: o modo com que setores considerados mais intelectualizados nas Forças Armadas lidaram com o uso da tortura, a fragmentação e o isolamento das organizações clandestinas de esquerda, a politização dos oficiais militares, o apoio de parcelas da sociedade ao golpe, a instrumentalização de militantes de esquerda para a propaganda ufanista do governo ou a colaboração de empresas e jornais com a repressão e a tortura. Ademais, as gerações que foram se seguindo àquela que viveu diretamente os anos de ditadura apresentam novas perguntas, inquietações e perspectivas de análise.

O debate público contribui para a produção acadêmica. Com mais ou menos vigor, vem se desenrolando ao curso da longa luta dos familiares de desaparecidos, da criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 1995, da instalação da Comissão da Anistia em 2001, da eleição de uma ex-guerrilheira, Dilma Rousseff, à presidência da República, em 2010, no mesmo ano em que a ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil, requerendo a revisão da Lei da Anistia de 1979, foi negada pelo Supremo Tribunal Federal. No decorrer desses anos a sociedade brasileira tem sido ainda sacudida em algumas ocasiões por revelações esparsas de ex-torturadores ou assassinos que decidiram vir a público e revelar as atrocidades cometidas no período da ditadura militar em nome da segurança nacional.

O ponto culminante de intensificação do tema da ditadura militar sem dúvida está sendo a atuação da Comissão Nacional da Verdade, seguida das inúmeras comissões estaduais e setoriais, combinada ao aniversário de meio século do golpe, com um sem números de artigos na imprensa, debates acadêmicos e não acadêmicos, exposições, instalações artísticas, manifestações de rua e discussões em redes sociais.

O dossiê apresentado pela revista *Diálogos* reflete esse clima de discussões e, em particular, a novidade das abordagens. Apresenta artigos que tratam de temas inéditos ou de releituras, resultados de pesquisas recentes, trazendo um frescor historiográfico às atuais discussões. Os autores fizeram suas formações em diferentes universidades brasileiras e atuam em diversos Estados, o que reflete a riqueza das pesquisas acadêmicas sobre a ditadura militar no país.

Em seu artigo, Hernán Ramírez revisita o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), fazendo uma revisão da bibliografia sobre o instituto que congregou uma coalizão de forças com papel de destaque no golpe de

1964. Defende a tese de que houve um esforço de refundação autoritária por parte de setores da elite, com a defesa de medidas que transformariam a sociedade brasileira em profundidade.

O julgamento dos crimes contra a economia popular durante o ano de 1966, um aspecto pouco conhecido do esforço repressivo, é analisado por Ângela Moreira Domingues da Silva. Conjuntura um tanto peculiar, na qual, em razão de um problema de desabastecimento de produtos de consumo básico, essa modalidade de crime passou a ser julgada pela Justiça Militar, sob o argumento de que colocava em risco a segurança nacional.

Em outro artigo surpreendente por seu tema pouco usual, Ana Rita Fonteles Duarte discute as representações de gênero contidas em publicações da Escola Superior de Guerra (ESG), a fim de compreender quais foram os modelos de comportamento social mobilizados pela instituição em seu projeto de nação.

Wilma Antunes Maciel examina como os militares dissidentes das Forças Armadas que integraram as organizações clandestinas de esquerda contribuíram para alimentar o debate sobre a predominância do militarismo – ações armadas – ou da ação política – trabalho de massas – em um contexto de isolamento social, clandestinidade e dura repressão por parte dos órgãos de segurança.

O controle do processo de transição democrática, sobretudo na forma assumida pela Lei de Anistia, é problematizado por Caroline Silveira Bauer. A autora mostra como o caso da Argentina, onde ocorreu o histórico julgamento das juntas militares, foi utilizado por autoridades brasileiras envolvidas no processo de transição como um contraexemplo e um risco para a governabilidade do país, o que teria levado à construção de uma memória sustentada por um discurso de valorização da conciliação nacional em oposição à ideia de revanchismo.

Luiz Claudio Duarte, partindo de textos igualmente produzidos pela ESG, mas em um período posterior à ditadura (anos 1990 e 2000), discute os contornos do conceito de democracia defendido pela instituição, que desempenhou importante papel de formação ideológica nos quadros das Forças Armadas, mas também de civis. Partindo de documentos contemporâneos da ESG e remontando aos fundamentos do conceito moderno de democracia, argumenta que o conteúdo a ele atribuído pelos militares é o de um modelo altamente excludente, no qual as políticas são deliberadas e aplicadas de cima para baixo, sem participação popular.

O debate sobre os sentidos da ditadura militar, suas heranças e suas características deve seguir nos próximos anos, percorrendo as trilhas abertas pela enorme quantidade de arquivos e fundos disponíveis, pelos acervos que estão sendo acumulados pelas diferentes comissões espalhadas pelo país e sendo nutrido pelas discussões públicas que seguem despertando polêmicas em diversos aspectos. Esperamos, com esse dossiê, oferecer uma contribuição acadêmica a essa profícua discussão.

